

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“Saída indicada por economistas é cortar gastos, mas isso não parece fazer parte do receituário petista”

EcoRodovias lança campanha contra assédio nas estradas

A EcoRodovias lança amanhã a campanha “Assédio, pare” em todas as 11 concessões rodoviárias do grupo, como a EcoRioMinas, Eco135, Eco050, Ecovias do Cerrado e Ecovias do Araguaia. O objetivo é coibir casos de assédio e agressão, principalmente contra operadores de praças de pedágio. Além das peças publicitárias, o grupo contratou uma consultoria para criar protocolos de proteção e reação nessas situações, e vai publicar cartilhas, podcasts, uma websérie e posts em suas redes sociais.

AFP / Tolga Akmen



Uber tem primeiro lucro depois de abrir o capital

Desde que a Uber abriu o capital, em 2019, analistas disseram que a empresa de mobilidade demoraria anos para ser lucrativa. Para surpresa de muitos, a Uber fechou 2023 no azul – e não foi por pouco. Seu lucro no ano passado totalizou US\$ 1,4 bilhão, bem acima das projeções do mercado. O ótimo resultado se deve a uma nova estratégia de negócios, que consistiu em cortar custos e abandonar negócios deficitários, como a divisão de carros autônomos. Não à toa, a cotação das ações dobrou em um ano.

Dívida pública brasileira está entre as maiores do mundo

Após dois anos em queda, a dívida bruta do setor público voltou a subir em 2023 – primeiro ano, registre-se, do governo Lula. De acordo com o Banco Central, ela equivale agora a 74,3% do PIB, totalizando R\$ 8,1 trilhões. Para efeito de comparação, o percentual estava em 71,7% no final de 2022, o que significou na ocasião R\$ 7,2 trilhões. Sob qualquer ângulo que se olhe, trata-se de um dado alarmante. A dívida pública brasileira está entre as maiores do mundo quando se observam os indicadores de economias emergentes. Para se ter ideia, no México o índice é 49% e na Turquia, 32%. Não custa lembrar que o quadro fiscal brasileiro tem piorado. Recentemente, o governo revelou que o déficit primário de 2023 totalizou R\$ 231 bilhões em 2023, o segundo pior resultado de todos os tempos. Em situações como essas, uma saída indicada por economistas é cortar gastos. Mas isso, contudo, não parece fazer parte do receituário petista.

Balança comercial quebra novo recorde

Depois do recorde alcançado em 2023, a balança comercial brasileira iniciou 2024 quebrando novas marcas. Em janeiro, segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o superávit somou US\$ 6,5 bilhões – trata-se do melhor resultado da série histórica iniciada em 1989. No mês, os destaques foram as exportações de soja, que subiram notáveis 191%, e açúcares, com expansão de 89%. O principal comprador do Brasil, mais uma vez, foi a China.



O primeiro ano do governo começou com uma certa cacofonia econômica, mas terminou com o presidente do Banco Central convidado pelo presidente Lula para um churrasco com os ministros. Essa foi a harmonização construída ao longo do ano”

André Esteves, sócio-fundador do banco BTG Pactual

Minervino Júnior/CB



RAPIDINHAS

» As vendas de máquinas agrícolas caíram 16% em 2023 versus 2022. Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), 56,7 mil unidades, como tratores e colheitadeiras, foram vendidas no ano passado. A queda se deve à instabilidade climática, que provocou atrasos nas safras e atrapalhou o planejamento dos produtores.

» **A Latam começará a operar em 1º de junho a rota Brasília-Santiago. A expectativa da empresa é transportar, em seus três voos semanais, 20 mil passageiros por ano com a nova operação entre Brasil e Chile. Trata-se da segunda rota internacional no Distrito Federal – a outra, Brasília-Lima, foi inaugurada no ano passado.**

» A Justiça de Goiás aceitou, nesta semana, o pedido de recuperação judicial da Elisa Agro, uma das maiores empresas da chamada “agricultura irrigada” do país. De acordo com o processo, a empresa acumula dívidas de R\$ 680 milhões. Enquanto a RJ se desenrola, a empresa avalia ofertas para vender o seu controle.

» **A montadora chinesa BYD se prepara para lançar, no Brasil, o primeiro carro elétrico abaixo de R\$ 100 mil. Trata-se do Dolphin Mini, que deverá custar R\$ 99,8 mil. O modelo comporta apenas quatro passageiros mas, segundo a empresa, entrega tecnologias não encontradas em veículos vendidos nessa faixa de preço.**

R\$ 90 milhões

é quanto a Petrobras investirá em pesquisas para o desenvolvimento de hidrogênio sustentável. Essa é uma tendência global: grandes petrolíferas miram cada vez mais projetos de baixo carbono.

ESTABILIDADE

Empresa pública pode demitir

É o que diz o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator da ação que questiona dispensa sem justa causa. Votação prossegue hoje

» RENATO SOUZA
» ÁNDREA MALCHER

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para que seja reconhecida como constitucional a demissão, sem justa causa, de funcionário de empresa pública ou de sociedade de economia mista, mesmo admitido por concurso público. A manifestação do magistrado ocorreu na sessão plenária de ontem.

A corte analisa se este tipo de demissão, sem a necessidade de justificativa, é constitucional ou não. Entre as empresas públicas federais está, por exemplo, a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Nestes órgãos, os funcionários são contratados via concurso público.

O Supremo julga o recurso apresentado por funcionários públicos demitidos do Banco do Brasil sem justa causa em 1997. Eles questionam a legalidade dos desligamentos e alegam que deveria ser aplicado o regime jurídico da União, que

prevê a estabilidade. De acordo com Moraes, este tipo de desligamento não é contra a Constituição e deve ser avaliado sob a ótica concorrencial.

O ministro afirmou que mesmo com a demissão de servidores, novos funcionários só podem ser admitidos via concurso, exceto em cargos de comissão. Para ele, esta regra é suficiente para impedir o loteamento de cargos por indicação política nas empresas públicas ou de economia mista. “Independentemente de como será a saída, motivada ou não, quem demitiu não vai poder escolher livremente para completar aquela lacuna alguém do seu relacionamento. Se for demitido alguém do Banco do Brasil, para esse lugar tem que ter concurso público”, destacou o magistrado.

“O mais importante, para retirar a nuvem que fica às vezes, de que permitir a dispensa imotivada, sem justa causa, seria permitir que os novos gestores, que a cada quatro anos assumem as eleições, pudessem modelar a empresa como bem

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ex-funcionários do BB reclamam de demissão ocorrida em 1997. STF analisa constitucionalidade

entendessem. Não podem. Porque o concurso público não pode ser afastado. Salvo nas previsões, de cargos e funções de confiança”, completou Moraes.

Alexandre de Moraes é o relator do caso. Após o voto dele, a sessão foi suspensa e será retomada hoje, com o mesmo assunto.

CPNU bate recorde

O Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), conhecido como o “Enem dos Concursos”,

somou 1,7 milhão de inscritos, segundo anúncio do governo federal nesta quarta-feira (7/2), tornando-se o maior concurso da história do Brasil no quesito quantidade de candidatos. As inscrições seguem abertas até sexta-feira (9/2).

As 6.640 vagas para o serviço público federal ofertadas nos oito editais do concurso abrangem todas as 26 capitais, Brasília e cidades do interior dos Estados. “O objetivo do CPNU é promover igualdade de oportunidades de acesso aos cargos públicos efetivos da Administração Pública Federal”, destacou o governo.

Anteriormente, o recorde de concurso com o maior número de inscritos era do Banco do Brasil, realizado em 2021, que contou com 1,6 milhão de pessoas inscritas para concorrer a vagas de escriturários. A prova ocorre simultaneamente em 220 cidades no dia 5 de maio.

O novo modelo de seleção de servidores públicos consiste na realização conjunta de concursos públicos para o provimento de cargos públicos efetivos.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Senacon cobra de aéreas soluções para queixas

» VICTOR CORREIA

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) reuniu ontem representantes das maiores companhias aéreas para debater soluções aos problemas apontados por passageiros. Foi o primeiro encontro do Comitê Técnico

para Qualidade do Serviço de Transporte Aéreo, que reúne governo e as empresas.

O grupo terá duração de 60 dias de trabalho, prorrogáveis por mais 60, caso necessário. Na próxima reunião, marcada para 29 de fevereiro, devem ser apresentadas soluções. Entre as

reclamações mais comuns estão o cancelamento inesperado de voos e a obrigatoriedade de despachar bagagens de mão.

“De 2019 a 2023 foram identificados uma série de itens que demandam atenção. Gostariamos de promover um debate construtivo para explorar possíveis ações em resposta a essas reclamações. Nosso objetivo é encontrar um denominador comum que beneficie a todos”, declarou o chefe da Senacon, Wadih Damous. O órgão é ligado ao

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Segundo o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Vitor Hugo do Amaral, o setor aéreo está entre os que mais geram reclamações de consumidores no âmbito da Senacon. Durante o encontro, ele detalhou os maiores pontos de insatisfação. Entre eles estão: propostas de restituição de despesas apenas em vouchers, cancelamentos de voos, extravios de malas, e obrigatoria de

de despachar bagagens de mão na sala de embarque, sendo que o passageiro identifica espaço suficiente ao embarcar no avião.

Participaram da reunião representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta) e das companhias aéreas Azul, GOL, Latam e Voepass.

Em nota, a Abear disse que, no encontro, “reforçou a disposição

do setor para ampliação do diálogo com a secretaria e apoia medidas que fortaleçam a resolução de conflitos por vias administrativas, como os canais de atendimento das empresas aéreas e a plataforma consumidor.gov”. A entidade também defendeu que o comitê criado inclua a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A ação ocorre em meio a um período turbulento no setor. O governo critica o grande aumento nas passagens que ocorreu no segundo semestre de 2023.